

De Tsunami a marola: uma breve história das Fábricas Recuperadas na América Latina

Henrique T. Novaes¹

Resumo

O artigo descreve as mudanças e permanências nas Fábricas Recuperadas (FRs) da América Latina e defende o argumento de que está havendo uma degeneração das mesmas. Ao mesmo tempo, observamos que há possibilidades de transcendência da auto-alienação (Mészáros, 2002) dos trabalhadores destas cooperativas e associações. Afirmamos que houve um arrefecimento das lutas das FRs, em função de diversos motivos: a) impossibilidades de *contaminar* outras fábricas num contexto onde as mesmas não fecham, b) lutas internas nos movimentos, que levaram a diversos desmembramentos, etc, c) contexto de crise avassaladora, que coloca a classe trabalhadora como um todo na defensiva, dentre outros. Por último, fizemos um esboço de crítica marxista aos limites e possibilidades das FRs diante do *sociometabolismo do capital*.

Palavras-Chave: Fábricas Recuperadas; América Latina; Movimentos Sociais; Alienação, Crise

Introdução

O objetivo deste artigo é por um lado, descrever e fazer um balanço do que aconteceu com as Fábricas Recuperadas (FRs) na América Latina nos últimos 27 anos e, por outro, argumentar que houve um declínio e uma perda de força das Fábricas Recuperadas (FRs) e os movimentos que as congregam, o que justifica o nome deste artigo.

Com a crise dos anos 1990, surgiram inúmeros casos de fábricas que foram abandonadas pelos antigos donos, ocupadas, tomadas ou arrendadas pelos trabalhadores. Apesar de algumas contradições, os trabalhadores passaram a decidir coletivamente os rumos da empresa. Em alguns casos, a retirada (antigo salário) passou a ser repartida de forma igualitária, e na maioria, as retiradas são mais próximas do que antes. Houve a implementação de mudanças *culturais* nas fábricas, com o objetivo de *humanizar* o espaço de trabalho.

Passados mais de 27 anos do surgimento dos *primeiros* casos, e dez anos da maioria dos casos, já se pode fazer um balanço dos limites e das possibilidades das FRs diante do *sociometabolismo do capital* (Mészáros, 2002).

Procuramos defender o argumento de que as FRs estão degenerando e que houve um arrefecimento das lutas das FRs, se consideramos a possibilidade e a necessidade de construção de uma sociedade *para além do capital* (Mészáros, 2002), anti-capital, na América Latina.

¹* Formado em Ciências Econômicas na Unesp (Araraquara). Doutorando em Política Científica e Tecnológica na Unicamp. hetanov@yahoo.com.br

No que se refere à esperança depositada nos movimentos sociais, esperança esta que este artigo em certa medida *desilude*, as palavras de Roberts (1997) são melhores que as nossas para expressar o contexto histórico e o papel depositado nos movimentos sociais:

Para uma geração de acadêmicos de esquerda e de ativistas políticos desiludidos pela repressão a partidos de vanguarda, pela derrota dos movimentos de guerrilha e pela fraqueza e vicissitudes do trabalho organizado, os novos movimentos sociais foram uma benção: uma nova forma de subjetividade popular que visava a uma ordem sócio-política radicalmente igualitária e participativa, e assim, restaurava a marcha na fé progressiva da história (Roberts, 1997 apud Toni, 2001, p.92).

Antes de prosseguir, temos que fazer algumas ressalvas. Dentre as pesquisas realizadas até o momento, verificamos três tendências. De um lado, alguns pesquisadores afirmam que *tudo mudou* depois do arrendamento ou aquisição dos meios de produção pelos trabalhadores de FRs. No outro extremo, há uma linha argumentativa que afirma que nada mudou, pois as FRs estão diante do sistema produtor de mercadorias e a relação capital-trabalho se reproduz dentro de todas as empresas, sejam elas de trabalhadores ou de patrões.

Ao nosso ver, os primeiros ignoram os entraves para a emancipação humana que a não generalização da *expropriação dos expropriadores* representa. Além disso, também subestimam a impossibilidade de redirecionar a produção para a satisfação das necessidades humanas ao ocupar apenas algumas poucas fábricas, enquanto que o segundo grupo de pesquisadores fecha os olhos para as possibilidades que as FRs têm de dissolver o caráter de mercadoria da força de trabalho, *definindo* a alienação.

Na mesma linha, aqueles que têm como proposta a *tomada do poder*, não percebem que o capital não se extingue subitamente, por decreto, com um golpe de força. Enquanto isso, aqueles que não caem na falácia do *enquanto não tomarmos o poder, nada mudará*, nos mostram as permanências e mudanças nas Fábricas Recuperadas, mas tendem a adotar uma visão *microscópica* da realidade social.

Uma boa via argumentativa para resolver estes problemas parece ser a de Vieitez e Dal Ri (2001) e Gaiger (2002). Para Vieitez e Dal Ri (2001), há mudanças nas FRs, principalmente na organização e nas relações de trabalho, bem como na gestão. No entanto, eles afirmam que as modificações realizadas até agora não dão conta de transformar a essência das FRs – produção de mercadorias, supremacia dos quadros, etc. A possibilidade de avanço estaria na articulação das FRs com o movimento de luta mais geral dos trabalhadores, e de uma visão e um programa de modificação da sociedade, e não apenas das unidades produtivas.

De acordo com Gaiger, as formas de produção da ES são atípicas, porém podem conviver - sem abalar - o capitalismo (Gaiger, 2002). Para que estas se convertam numa nova

forma de produção, são necessárias mudanças significativas que apenas serão esboçadas neste artigo.

O que aconteceu *dentro* das Fábricas Recuperadas latino-americanas

Esta seção aborda as mudanças e permanências nas FRs. Uma das maiores inovações nas FRs da Argentina e do Uruguai é a repartição igualitária das *retiradas*. Na pesquisa de Fajn et al. (2003), constata-se que 70% das fábricas optaram pela igualação das retiradas.

Tudo leva a crer que a proposta de repartição igualitária das retiradas ecoou com muito mais força na Argentina que no Brasil como resultado das *medidas de força* para adquirir a propriedade das fábricas e também porque as fábricas são menores. No estudo de Fajn et al. (2003, p. 40-1) que abrange 87 FRs, nota-se que em 46% das fábricas os trabalhadores tiveram que recorrer a “tomada da fábrica” e 24% a outras “medidas de força” para recuperar a empresa (acampamento nas fábricas ou interrupção de trajetos de ruas).

Aqui, cabe observar, por exemplo, que a FR *Los Constituyentes* têm retiradas igualitárias e pretende mantê-las enquanto que a FR uruguiaia *Coopdi* (produção de ternos), apesar de possuir repartição igualitária no ano de 2004, postulava claramente um retorno às antigas faixas salariais quando a empresa voltar a crescer. Uma outra fábrica - relatou um colega da Universidade de Buenos Aires- possui atualmente faixas de retiradas, mas vislumbra construir uma repartição igualitária.

Nesse sentido, caberá avaliar ao longo do tempo se a proposta de igualação de retiradas se mantém ao longo da vida das FRs, ou é algo momentâneo, fruto de uma crise de emprego.

Sobre as FRs argentinas e uruguaias, devemos destacar como outras mudanças que vão desde a permissão para se tomar mate no chão-de-fábrica, melhoria substancial da comida nos refeitórios, espaços de recreação, criação de cursos de pintura, escultura, aulas de 2º grau dentro das fábricas, outros eventos culturais como a ida de uma pianista famosa que emocionou muitos trabalhadores, e até mesmo a criação de creches dentro das fábricas. Na fábrica *Los Constituyentes*, alguns trabalhadores foram contratados para fazer um serviço *improdutivo* (pouco necessário ao bom andamento da fábrica) porque seus amigos ficaram com *dó* ao vê-los trabalhando como catadores de papelão na rua.

Se para a Economia Política existe apenas a categoria trabalho e não a de trabalhador, nas FRs o objetivo é facilitar ao máximo suas vidas dentro e fora do seu ambiente de trabalho, o que para nós pode ser considerado como uma espécie de *humanização do espaço de trabalho* pelos cooperados. Apesar dos imperativos da produção de

mercadorias impedirem uma maior margem de manobra para que os trabalhadores de FRs possam *humanizar* ainda mais o ambiente de trabalho, verificamos que há possibilidades de mudança.

Uma ressalva deve ser feita. Alguns pesquisadores acreditam que esta abertura das FRs ao público é uma tática, um *marketing* político, *estranho* aos trabalhadores das FRs.

Quanto a nossas pesquisas sobre as assembléias, ficamos com a impressão que os presidentes e os conselhos vêem *somente* os *deveres* dos cooperados enquanto que os trabalhadores do chão-de-fábrica vêem a assembléia como *direitos*, principalmente de aumento das retiradas. Apesar de percebermos que há nas cooperativas maiores possibilidades de participação dos trabalhadores no processo decisório, por um lado, os trabalhadores não detêm o conhecimento técnico necessário para sugerir mudanças nos rumos das cooperativas e, por outro, houve controle de informação, principalmente daqueles que foram eleitos para a cúpula.

Tal como nos mostra Holzmann (2001), os trabalhadores da Wallig não perceberam as possibilidades privilegiadas de intervenção no espaço de trabalho. Para os trabalhadores que estão no comando da Uniforja (cooperativa de Diadema, Estado de São Paulo), a participação dos sócio-trabalhadores na organização da produção e do trabalho deve ser dirigida para o alcance da melhoria no desempenho das cooperativas, mas as questões como segurança no trabalho, ritmo e intensidade do trabalho, qualificação profissional, dentre outras, que dizem respeito às condições de trabalho não foram abordadas por eles. Por outro lado, os sócio-trabalhadores, apesar das possibilidades *irrestritas* de intervenção no processo de trabalho, não sugeriram temas que influenciariam o cotidiano das cooperativas, em termos de organização da produção e do trabalho (Oda, 2001).

Podemos levantar três hipóteses sobre os motivos que levam os trabalhadores a não desconstruir o processo de trabalho vigente na fábrica. Poderíamos especular que os trabalhadores deixam de acreditar no mecanismo da assembléia quando percebem que se trata de algo *figurativo*, sem poder de mudança, apesar do *parlamentarismo* das cooperativas. Outra possibilidade, mais provável, advém da *naturalização* do processo de trabalho e a *ausência* do conhecimento técnico necessário para transformá-lo. Para muitos trabalhadores, o processo de trabalho é compreendido como sendo o *único* possível, não havendo possibilidade e necessidade de mudá-lo. Ou mais que isso, eles não detêm o conhecimento que está materializado na figura dos *especialistas*, dependendo dos mesmos tanto quanto antes da falência.

Uma hipótese menos provável afirmaria que o uso das assembléias e dos mecanismos de decisão (em assuntos referentes ou não ao processo de trabalho) requer treino e tempo, uma vez que os trabalhadores sempre foram *acostumados* a receber ordens. Junto a isso,

deveríamos destacar o contexto de crise que impossibilita mudanças mais profundas, conforme veremos mais a frente.

Verificamos que a não-*autonomização* dos conselhos e da presidência depende do bom andamento econômico da cooperativa, pois tanto na Cooperativa Textilcooper (altamente instável e com grandes possibilidades de tornar a fechar) quanto na Cones (faturamentos crescentes) parece estar ocorrendo novamente processos de *burocratização* das empresas. Nossas pesquisas na Textilcooper e na Cones nos levam a concordar com Vieitez e Dal Ri (2001) quando afirmam que está sendo conformada uma elite político-administrativa nas cooperativas (Vieitez; Dal Ri, 2001).

Um fato curioso que se tornou recorrente nas primeiras FRs tem a ver com a ausência de leis e normas logo após o arrendamento da massa falida. Muitos cooperados e associados passaram a interpretar a cooperativa como sendo um local onde *se pode tudo, onde posso fazer o que quero na hora que quero*, etc. Esse fato nos lembra o conto *A Igreja do Diabo*, de Machado de Assis. Nele, o autor diz que o diabo resolveu criar uma igreja onde tudo era permitido. Com o passar do tempo, as pessoas sentiram falta das leis, porque sentiam a necessidade de transgredi-las. Na falta de normas criadas através de decisões coletivas, não com o objetivo de evitar a transgressão, mas sim para firmar regras de conduta, os cooperados interpretarão o cooperativismo como *vácuo de leis*, tal como relatam os estudos de Holzmann (2001) e Novaes (2005).

Cabe acentuar também que muitos trabalhadores das FRs visitadas relatam que houve um aumento da criatividade, o florescimento da inventividade, afirmam também que hoje trabalham com maior *tranqüilidade*. Apesar disso, ainda se verifica uma imensa quantidade de trabalho alienante, repetitivo e desprovido de conteúdo.

Uma comparação entre a FR argentina *Los Constituyentes* e a FR uruguaia co-gestionária *Funsa* (produção de pneus e luvas) ilustra a relação que se estabelece entre os trabalhadores e os engenheiros. Se em *Los Constituyentes*, a fábrica funciona muito bem sem os engenheiros, na fábrica *Funsa*, os trabalhadores disseram que é impossível tocar a produção sem os mesmos. Os quais, muitas vezes, são contratados como consultores. Na FR *Los Constituyentes*, os operários afirmam a todo momento que conseguem e conseguirão levar o projeto autogestionário adiante porque acumularam elevado grau de conhecimento. Dizem que não precisam mais de engenheiros e capatazes, pois a sua única função era controlar o trabalho na fábrica (Novaes, 2005a). Isso nos leva a pensar novamente que Braverman (1987) estava corretos ao dizer que não há cooperativismo sem uma real emancipação dos trabalhadores em relação aos engenheiros e especialistas.

Sobre a tecnologia *hardware*, mesmo verificando que existem mudanças no que se refere à manutenção, reparação, pequenas adaptações do maquinário, são poucas as críticas à tecnologia convencional. Tanto as entidades de apoio dos Governos latino-americanos, quanto a academia e os trabalhadores, parecem subestimar o problema que temos em mente: a necessidade de reprojeto das forças produtivas, neste caso, o reprojeto tecnológico.

A proposta de adquirir máquinas e equipamentos a fundo perdido (caso Textilcooper), tal como vem sendo estimulada pela Fundação Banco do Brasil, num primeiro momento, é muito sedutora. No entanto, podemos deduzir através de um olhar mais profundo que a proposta de *atualização* tecnológica traz consigo três pressupostos que, ao nosso ver, devem ser analisados com maior cuidado: a) o de que a última tecnologia é sempre a melhor; b) já existe tecnologia disponível, basta utilizá-la e c) esta tecnologia disponível serve tanto para os propósitos de empresas convencionais quanto para empreendimentos com características *autogestionárias* (Novaes ; Dagnino, 2004).

Os trabalhadores de FRs e os pesquisadores da ES se expressam por três vias. Quando a fábrica possui a melhor tecnologia do momento, afirmam que não existe nenhum problema tecnológico. Quando a fábrica foi sucateada ou as máquinas estão desgastadas, afirmam que precisam adquirir as máquinas mais novas proporcionadas pelo mercado. Se estão impossibilitados de *adquirir a última safra tecnológica*, afirmam que precisam comprar máquinas usadas, porém bem conservadas.

Para nós, a visão de que a tecnologia avança, sendo a última tecnologia sempre a melhor, está impregnada nas mentes dos trabalhadores de FRs, dos trabalhadores de empresas convencionais e até mesmo no pensamento marxista. Não se percebe, o caráter *relacional* da tecnologia, ou se quisermos, seu Fetice.

A ausência de uma proposta de *ofensiva* impossibilita a afirmação de que as cooperativas surgidas de massa falida são “autêntica(s)”, tal como postulou o presidente de uma das cooperativas visitadas. Além das FRs serem exploradas pelos empreendimentos heterogestionários, tudo leva a crer que em algumas (ou muitas?) cooperativas a própria classe trabalhadora está (além de se *auto-explorar*) explorando outros trabalhadores pela via da contratação. Conforme ressaltamos em nossa dissertação de mestrado (Novaes, 2005b), o número de contratados na Cones, uma cooperativa do interior de São Paulo, subiu de 8 para 100 num intervalo de 2 anos. Maurício Faria (2005) encontrou numa cooperativa do Rio Grande do Sul 150 cooperados e 800 contratados (!) (Faria, 2005)².

Em *Los Constituyentes* as diferenças entre os poucos contratados e os cooperados eram muito pequenas. Trata-se de algo que pode ser generalizado para as FRs argentinas,

² Os argumentos utilizados por esta FR são: impedir a entrada de *líderes negativos* e o direito por terem *criado* a mesma, participando do processo inicial (Faria, 2005).

diferenciando-as das brasileiras? Ao nosso ver, trata-se de um bom tema de pesquisa. Poderemos estar subestimando o imperativo da *comercialização* sobre a *produção* que tende a fazer com que as cooperativas se degenerem no capitalismo (Luxemburgo, 1974), mas nos inquieta o fato de algumas FRs não explorarem trabalhadores via contratação enquanto que outras FRs recorrem a este mecanismo de forma avassaladora.

Um outro problema que entrava significativamente as FRs é a quantidade de empresas que trabalham como faccionistas. Na Argentina, no ano de 2003, 70% das FRs eram faccionistas, segundo Fajn et al. (2003). Não há qualquer margem de manobra frente às imposições de preço e compra dos produtos. Os cooperados reconhecem que vender serviços de mão-de-obra não é o melhor *negócio* para a cooperativa. Provavelmente trabalhar como faccionista leva a uma perda de excedente que poderia estar sendo gerado nas FRs.

O refluxo do movimento de FRs

Diferentemente, da Revolução Espanhola, por exemplo, onde inúmeras fábricas foram coletivizadas, os casos por nós estudados não se inserem num contexto revolucionário e se restringem a poucas fábricas. No caso brasileiro e argentina, há cerca de 200. No caso uruguaio, 20. Neste sentido, são poucas as chances de manutenção das FRs num momento de *isolamento* das mesmas frente ao *oceano capitalista* e, mais que isso, num momento de regressão histórica caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, para não falar da fragmentação da classe trabalhadora e da hiper-exploração da força de trabalho advindas com o novo padrão de acumulação.

Lima Filho (2004) acredita que a classe trabalhadora adotou inúmeras estratégias *defensivas* para sobreviver num contexto de crise avassaladora. Dentre estas, tivemos as FRs. Segundo ele, para se tornar uma proposta de *ofensiva* socialista, deverá haver a conjugação dos interesses das FRs com os interesses das massas tendo em vista a superação, de acordo com as possibilidades históricas, do *sociometabolismo do capital*.

Sobre as bandeiras levantadas pelas FRs, afirmam que estão lutando contra o desemprego

Acreditamos que o contexto de crise avassaladora e a ausência por parte da esquerda de um projeto de transição socialista estão impedindo a passagem de um momento *defensivo* para um *ofensivo*. Os projetos da esquerda estão – quase todos - girando dentro da órbita do capital.

Mas afinal, as bandeiras e as práticas adotadas nas FRs e seus movimentos são “revolucionárias”? Há controvérsias. Enquanto os mais críticos afirmariam que uma luta somente por salvar postos de trabalho com decisões democráticas pode se dar dentro do

quadro de reprodução do capital, caracterizado então por estratégias de sobrevivência em contraposição a sistemas alternativos de produção (Quijano, 2002)³.

Isso pode ser visto quando se pergunta qual é o objetivo último dos trabalhadores e presidentes dos movimentos sociais. A maioria diz que, por enquanto, uma fábrica que é recuperada pelos trabalhadores é apenas uma experiência de *contenção social*. Funcionando muito mais por pragmatismo do que por ideologia socialista, os gritos das FRs que ecoam na Argentina, Uruguai e Brasil clamam por nenhum direito a menos, pleno emprego, às vezes ecoando palavras anti-imperialistas, etc.

Alguns chegam a declarar a necessidade de uma nova divisão do trabalho (Novaes, 2005b). Isto pode ser considerado revolucionário? Sim e não.

No editorial da Revista Organizações & Democracia, Vieitez e Dal Ri (2003) fazem uma análise sobre a economia solidária que pode contribuir para o debate aqui travado. Senão vejamos:

Até o presente momento, exceto no caso do MST e de casos isolados, a economia solidária encontra-se voltada para si própria. Ela trabalha pelas bordas da economia dominante, como se um acordo tácito tivesse sido feito entre ela e os sindicatos. Os sindicatos estão voltados para os trabalhadores assalariados empregados. E a economia solidária desenvolve empreendimentos econômicos alternativos às empresas capitalistas, em geral nos setores de mão-de-obra intensiva. Isto segue assim, mesmo no caso da Central Única dos Trabalhadores que, a duras penas e depois de muito tempo, acabou criando uma Secretaria para o desenvolvimento da economia solidária. A economia solidária leva em seu bojo fábricas controladas pelos seus trabalhadores que se reivindicam da autogestão democrática. **Mas, a autogestão democrática, como princípio organizador de todas as fábricas, e ou de toda sociedade, não é preconizada nem mesmo a título especulativo.** Dessa forma, o que se pretende? Supõe-se, talvez, que a economia solidária possa expandir-se ininterruptamente às custas da empresa capitalista, até o ponto de chegar a confrontá-la de algum modo? Ou imagina-se que ela terá um espaço fundamental na sociedade sem alienar propriamente a organização capitalista da sociedade? (Vieitez e Dal Ri, 2003, p. vi – grifo nosso).

Se um grupo acredita que salvar postos de trabalho ou sobreviver no capitalismo não *abala o sistema*, outros afirmariam que – mesmo sem explicitar uma bandeira que indicaria a necessidade de uma transição socialista, e portanto, estando *inconscientes* sobre o que estão fazendo – estes trabalhadores estão ajudando a construir o socialismo na América Latina, uma vez que a luta pela manutenção dos postos de trabalho, por si só já, é uma luta socialista. Mais que isso, por terem dado uma resposta ao contexto de crise diante da tempestade dos anos 1990, estes trabalhadores se inserem dentro dos movimentos sociais críticos ao neoliberalismo. A pergunta seria então se eles criticam somente o neoliberalismo, ou melhor, a nova fase da acumulação capitalista, ou o próprio *sociometabolismo do capital*.

A necessidade de lutar por mudanças no microcosmo, para o nosso caso, dentro das FRs, com mudanças no macrocosmo, como sugere Mézáros na passagem mais a frente

³ Sobre isso, ver Novaes (2005c).

ou a luta pela autogestão como princípio organizador de todas as fábricas, como afirmam Vieitez e Dal Ri, seriam uma boa pista.

Talvez simbolizando muito bem o que serão os movimentos sociais na primeira metade do século XXI, verifica-se a ausência de um projeto social radical por parte das FRs que tenha um norte *para além do capital* (Mészáros, 2002). Raras vezes se menciona que estas podem ser extremamente funcionais ao *sociometabolismo do capital*, e se celebra as possibilidades que as mesmas têm de sobreviver no capitalismo.

Longe de causar um abalo sísmico no sistema, aquilo que teoricamente se constituiria como uma alternativa radical, apontada por alguns como os germes do socialismo no oceano capitalista, pode acabar se tornando uma via de controle social dos miseráveis, onde a classe dominante mantém o domínio dos setores chave da economia.

Numa pesquisa realizada pelo Instituto Gino Germani (Argentina) no fim de 2004 junto a trabalhadores de FRs, perguntaram se era legítimo ocupar fábricas que “não fecharam”: para surpresa de todos, 90% dos trabalhadores responderam que não era legítimo ocupar fábricas *produtivas*. Se é verdade, como aponta o lema do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), que toda empresa que “fecha, deve ser ocupada e colocada para produzir”, o que fazem os trabalhadores quando as fábricas não fecham? (Novaes; Lima Filho, 2006a).

Isso se tornou um *problema* para os presidentes destes movimentos de FRs, pois com o relativo crescimento da economia, como poderiam *contaminar* outros trabalhadores?

Somente como exemplo, a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão – entidade que toda hora muda seu nome), passou também a atuar junto a políticas de geração de trabalho e renda, via cooperativas que surgem *do zero*⁴.

Sobre as bandeiras dos movimentos argentinos, tomemos como exemplo o Movimento Nacional de Fábricas Recuperadas pelos Trabalhadores (MNFRT - Argentina). Este movimento tem como marca o isolamento da política e dos partidos políticos. Verificamos que o MNFRT é um movimento social que aponta fundamentalmente para a conservação do posto de trabalho e que os próprios trabalhadores administrem a fábrica⁵. Isto serve para diferenciá-los do outro movimento de FRs. Ao contrário do Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), o MNFRT afirma que *não faz política*, que a proposta deles serve somente para conservar postos de trabalho. Para nós, essa concepção é problemática, pois uma *não política* também é uma política. Se pudéssemos diferenciar os

⁴ Além da Anteg, há outras entidades da CUT e de movimentos independentes que *ajudam* as FRs no Brasil.. Infelizmente não poderemos detalhar estas questões por falta de espaço. Sobre isso, ver Faria (2005).

⁵ Não foi sem razão que alguns trabalhadores chegaram a esta conclusão, pois alguns partidos políticos *usaram* as FRs.

dois movimentos, diria que o MNER tendia mais a incomodar o capital, enquanto o MNFRT pode dar fôlego ao capital. Pra piorar, há problemas *internos* nos movimentos de FRs. No caso do MNER, por exemplo, já houve vários rachas, criações de facções, desmembramentos que vão contra qualquer unidade do movimento.

Poderíamos fazer algumas ilações que nos ajudariam a sintetizar nossos argumentos. Acreditamos então que este refluxo das FRs se devem a diversos fatores, sendo os mais importantes: a) um contexto extremamente desfavorável, defensivo, que impede o florescimento do cooperativismo e a *contaminação* de outras fábricas engajadas na criação de uma sociedade *para além do capital*; b) problemas *internos* dos MFRs. Na Argentina, por exemplo, o MNER já passou por vários rachas, criações de facções, desmembramentos que vão contra qualquer unidade; c) a crise teórica da esquerda, dando origem a *remendos* teóricos, mesclas entre o ideário do capital com pequenas pitadas de reforma. Estes problemas serão parcialmente esboçados na seção seguinte.

Se tomarmos a relação destes movimentos com o Governo, o quadro é desalentador. Ao nosso ver os governos Lula e Kirchner vêem o cooperativismo como uma forma de contenção ao desemprego em massa ou de diminuição das tensões sociais. Estes governos são nitidamente pró-capital, principalmente pró-capital financeiro (Novaes; Lima Filho, 2006b). Diante deste contexto, seria muito pretensioso acreditar que as mesmas poderiam constituir movimentos sociais vigorosos.

Esboço de uma crítica marxista às FRs

As considerações teóricas expostas ao longo deste artigo procuraram mudar o foco das pesquisas sobre as FRs, muito centrados nas possibilidades *decisão democrática* nas FRs. Ao nosso ver, há pequenas possibilidades de emancipação nas FRs. No entanto, isso tem pouco a ver com uma simples mudança jurídica de propriedade, ou em termos marxistas, deve-se pensar para além da *expropriação dos expropriadores*. Isso porque a alienação não se extingue através de *decreto* nem com uma modificação da propriedade jurídica (Novaes, 2005b).

Mészáros, chamando a atenção o fato de que a *expropriação dos expropriadores* “deixa em pé a estrutura do capital”, afirma que a questão fundamental é o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados, e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedade estabelecidos” (Mészáros, 2002, p.628). Em outras palavras, que a *expropriação dos expropriadores* é apenas um pré-requisito, não significando quase que nenhuma alteração naquilo que é essencial, a necessidade do controle global do processo de trabalho pelos produtores associados (Mészáros, 2002, p. 628). Mészáros critica ainda os equívocos da esquerda cooperativista, pois esta não se

atentou para a necessidade de promover *ataques duplos* ao sistema sociometabólico do capital. Vejamos:

De fato, nada é realizado por mudanças – mais ou menos facilmente reversíveis – apenas dos direitos de propriedade, como testemunha amplamente a história das “nacionalizações”, “desnacionalizações” e “privatizações” no pós-guerra. Mudanças legalmente induzidas nas relações de propriedade não têm garantia de sucesso mesmo que abarquem a ampla maioria do capital privado, **quanto mais se se limitarem à sua minoria falida**. O que necessita radicalmente ser alterado é o modo pelo qual o “microcosmo” reificado da jornada de trabalho singular é utilizado e reproduzido, apesar de suas contradições internas, através do “macrocosmo” homogeneizado e equilibrado do sistema como um todo (Mészáros, 2002, p. 629 – grifo nosso).

É o *complexo global de reprodução sociometabólica* que necessita de uma reestruturação radical, de tal modo que um *macrocosmo* qualitativamente diferente e conscientemente controlado possa ser erigido a partir das autodeterminações autônomas de *microcosmos* qualitativamente diferentes (Mészáros, 2002).

A relação de troca à qual o trabalho está submetido não é menos escravizante que a separação e a alienação das condições materiais de produção dos trabalhadores. Ao reproduzir as relações de troca estabelecidas em uma escala ampliada, o trabalho pode apenas multiplicar o poder da riqueza alienada sobre ele próprio (Mészáros, 2002). E ele prossegue:

A triste história das cooperativas nos países capitalistas, apesar de suas genuínas aspirações socialistas no passado, é eloqüente a esse respeito. Mas mesmo a estratégia de subverter as relações de propriedade de capitalismo privado pela “expropriação dos expropriadores” pode, sem a reestruturação radical das relações de troca herdadas, apenas arranhar a superfície, deixando o capital nas sociedades pós-capitalistas – ainda que numa forma alterada – no controle pleno do processo de reprodução. Deste modo, nada pode ser mais absurdo do que a tentativa de instituir a democracia socialista e a emancipação do trabalho a partir do fetichismo escravizador do “socialismo de mercado” (Mészáros, 2002, p. 629).

A alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como *trabalhador avulso*, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Neste sentido, Mészáros acredita que a possibilidade de uma modificação - inclusive das menores partes do sistema do capital - implica a necessidade de *ataques duplos*, constantemente renovados, tanto às “células constitutivas ou “microcosmos” (isto é, o modo pelo qual as jornadas de trabalho singulares são organizadas dentro das empresas

produtivas particulares) com os “macrocosmos” auto-regulantes e aos limites estruturais auto-renovantes do capital em sua inteireza” (Mészáros, 2002, p.630 – grifos no original)⁶. Para teorizar sobre a dialética da parte e todo e sobre a necessidade de *ataques duplos*, Mészáros se apóia na crítica de R. Luxemburgo a Bernstein. Para esta pensadora, o problema das cooperativas não está na falta de disciplina dos trabalhadores, tal como advogava Bernstein. A contradição das cooperativas é que elas têm que governar a si mesmas com o mais extremo absolutismo⁷. Nelas, os trabalhadores são obrigados a assumir o papel do empresário capitalista contra si próprios – uma contradição que responde pelo fracasso das cooperativas de produção, que ou se tornam puros empreendimentos capitalistas ou, se os interesses dos trabalhadores continuarem predominando, terminam por se dissolver.

Sendo assim, poderíamos interpretar a obra de Mészáros (2002), quando este sinaliza a necessidade de *ataques duplos*. Por um lado, a necessidade do controle coordenado da produção através da democracia substantiva dos produtores. Para o nosso caso, o controle global da indústria pelos produtores associados, e não apenas de fábricas isoladas, e a necessidade de mudanças qualitativas nos microcosmos, ou seja, dentro dos muros das FRs.

Bettelheim (1979), relatando a polêmica que surgiu logo depois da Revolução Russa de 1917 sobre planejamento socialista da produção versus poderes atomizados nas fábricas, adverte que os trabalhadores não estavam convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábrica e sua subordinação a uma instância exterior. Aos olhos de muitos trabalhadores, o estabelecimento de um controle mais ou menos centralizado se apresentava como uma espécie de confisco do poder que eles tinham acabado de arrancar da burguesia e esperavam conservar no nível de sua própria fábrica. Adicionalmente, a passagem para o controle operário e o abandono do tipo de “gestão descentralizada” e “anárquica” para o qual se orientavam os comitês de fábrica, chocavam-se com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao “cada um por si”, ao egoísmo de empresa e a uma concepção abstrata de “liberdade” (Bettelheim, 1979, p.134).

Foi por isso que afirmamos, interpretando a obra de Bettelheim (1979), que a bandeira da *autonomia* - da sensação de *liberdade* por ter arrancado o poder dos patrões - pode gerar confusões no seio da classe trabalhadora ao reivindicar o poder para dentro de cada FR. Mészáros (2002), conforme vimos nas linhas acima, não se contenta com as possibilidades de surgimento de mudanças dentro das unidades produtivas, em função da

⁶ Para Mészáros, mediação e complexidade da transição não devem ser confundidas com gradualismo e reformismo.

⁷ Lembremos que para Luxemburgo uma cooperativa usa todos os métodos que lhe permitem enfrentar seus competidores no mercado.

expropriação dos expropriadores, e advoga também a necessidade de um *controle social global consciente das condições de auto-realização humana* para nos livrarmos da tirania do *mercado* capitalista (Novaes, 2005b).

Tudo leva a crer que o problema é muito mais complexo do que a mudança de propriedade dos meios de produção e a criação de assembleias *democráticas*, conselhos administrativos ou até mesmo uma *nova* divisão do trabalho.

A história não comporta suposições, mas a teoria sim. Supondo, por exemplo, que todas as Fábricas e Universidades estivessem sendo apropriadas pelos trabalhadores dentro de um projeto emancipatório, é bem provável que seria necessário, a partir daí, uma transformação muito mais radical, *para além da apropriação dos meios de produção*, do que a imaginada atualmente. Isso porque as forças produtivas: os recursos naturais, a ciência e a tecnologia, os meios e técnicas de produção, o conhecimento dos trabalhadores, ou melhor, a força de trabalho, as escolas e universidades dificilmente poderiam ser *aproveitados* pelos trabalhadores numa sociedade socialista sem uma grande modificação. A C&T capitalista, muito longe de permitir a emancipação histórica da classe trabalhadora, é um instrumento do capital para fortalecer seu sistema de dominação (Novaes; Dagnino, 2004). Ademais, as forças produtivas engendradas no sistema sociometabólico do capital inibiriam sua reapropriação, trazendo para o debate de uma possível transição socialista a necessidade de uma radical reestruturação das mesmas (Mészáros, 2002; Dagnino, 2005, Novaes, 2005).

Ao mesmo tempo e contraditoriamente, há uma relativa autonomia das FRs perante o modo de produção capitalista, ou ainda, uma margem de manobra que permite aos trabalhadores dar origem a diferentes processos de *mudança na permanência*. A melhor maneira de propiciar um reprojeto das forças produtivas é conceber a sociedade como estando sob a égide da luta de classes. Através desta abordagem, poderíamos dizer que os trabalhadores de FRs podem lutar tendo em vista a redefinição e reprojeto das formas e dos propósitos dos artefatos tecnológicos. Não é preciso observar que se trata de uma luta desigual.

Para aqueles que crêem que autogestão significa retiradas *igualitárias*, lembremos que “um possível aumento de salários somente iria melhorar a remuneração dos escravos [assalariados], mas não restituiria o significado e o valor humanos nem ao trabalhador nem ao trabalho” (Marx, 1994, p.34). Isso não significa dizer que a remuneração atual dos trabalhadores latino-americanos permite a satisfação das necessidades humanas.

Aqui, cabe notar também que o debate sobre as diferentes formas de apropriação do excedente já ocupava as páginas dos escritos dos *ricardianos de esquerda*. Sendo o trabalhador a única fonte geradora de valor, ele deveria ser o único detentor legítimo do

produto, argumentavam R. Owen, W. Thompson e T. Hodgskins. Paul Singer reconhece corretamente que para Marx o excedente jamais poderia pertencer em sua totalidade aos trabalhadores, uma vez que idosos, crianças, etc partilharão do “resultado do trabalho produtivo” (Singer, 1998, p.73), o que nos leva a crer que numa sociedade socialista o excedente não poderá pertencer exclusivamente aos cooperados.

Apesar de verificarmos a possibilidade de criação de *descontinuidades na continuidade*, ou de reprojetoamento tecno-organizacional e de emergência de novas formas de repartição do excedente, nossa revisão bibliográfica sobre as mudanças e permanências em FRs bem como as nossas pesquisas nos levaram a crer que está havendo muito mais *continuidades na descontinuidade* do que o oposto.

Talvez a nossa ansiedade nos levou a identificar processos de AST (Dagnino, 2007) num curto período de tempo. De fato, uma radical reestruturação das forças produtivas demandará um período significativo, que ultrapassa o ciclo de vida dos trabalhadores de FRs.

Ao nosso ver, apesar de inseridas no sistema produtor de mercadorias e tendendo a reproduzir as relações de trabalho herdadas, as FRs podem promover pequenas metamorfoses. Devemos mais uma vez lembrar que a falsa oposição entre revolução política ou nada ignora a impossibilidade de extinguir o capital por decreto, criando uma armadilha entre aqueles que apregoam somente a revolução política e, no outro, extremo, entre aqueles que advogam pequenas mudanças, sem a necessidade de uma revolução.

Conclusões

O propósito deste artigo esteve centrado na descrição das mudanças e permanências nas FRs na América Latina e o arrefecimento dos movimentos de FRs. Para nós, trata-se da necessidade de um olhar mais profundo, que identifique a necessidade de se levar a cabo, ao menos no que se refere às forças produtivas, uma total reestruturação dos meios e da organização da produção. Dagnino (2005), incorporando mais uma dimensão a esta questão, ressalta ainda a inadequação do conhecimento gerado na universidade latino-americana e a necessária ruptura na forma de fazer pesquisa tecnocientífica, o que nos indicaria a necessidade de uma reestruturação das forças produtivas como um todo.

É preciso reconhecer que nossa investigação baseou-se no estudo de fábricas que foram recuperadas pelos trabalhadores a menos de 10 anos, diante de um contexto de crise avassaladora caracterizado pela perda de direitos trabalhistas, o que nos leva a crer que seria muito pretensiosa a constatação de mudanças significativas. A *tempestade* do capital e sua força avassaladora parece ter sido mais forte do que os *tsunamis*

provocados pelos trabalhadores, via ocupação de fábricas, fazendas, etc. Nesta luta desigual, o agito inicial das FRs parece ter se tornado uma marola.

Ademais, os trabalhadores não fazem a história como querem, mas como podem, segundo as possibilidades de sua época histórica. É o próprio Marx que afirma, numa célebre frase, que *os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua vontade livre; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.*

Se em nossos primeiros estudos *celebrávamos* o advento das FRs, acentuando as mudanças e *ignorando* muitas das permanências, neste artigo, não podemos dizer que mudamos o tom, mas que constatamos que há muito mais *continuidades na descontinuidade* do que *descontinuidades na continuidade*. Isso não nos leva a crer que os trabalhadores não devam continuar o processo de transformação social iniciados em cada FRs, mas alertá-los que não podemos nos contentar com mudanças em poucas fábricas isoladas. Neste sentido, resgatar a fonte de trabalho numa Fábrica Recuperada vem significando muito mais uma estratégia defensiva num contexto de crise avassaladora do que uma estratégia ofensiva socialista que construa a uma sociedade emancipada.

Nossa análise vem nos levando a crer que na atual conjuntura, tanto pelas políticas dos movimentos de Fábricas Recuperadas quanto pelo contexto no qual estão inseridos (principalmente o isolamento ou a não generalização destes empreendimentos e a não *contaminação* da autogestão nas empresas capitalistas) estão fazendo com que os poucos empreendimentos mais à esquerda percam seu potencial revolucionário, ganhando um cunho adaptativo, para não falar sobre a degeneração das cooperativas.

Enquanto isso, a Venezuela parece sinalizar uma outra tendência, que insere as fábricas co-gestionadas (fábricas abandonadas ou *improdutivas* que estão sendo estatizadas) e as cooperativas populares num cenário favorável ao seu desenvolvimento (Novaes; Lima Filho, 2006) e a amenização da *deterioração* que as mesmas estão sujeitas. Seria esta uma alternativa para as FRs?

Uma das exceções em termos de engajamento na luta pela recuperação do trabalho com o engajamento pela transformação da região na qual está inserida é a Fábrica de cerâmicas Zanon - Argentina, uma fábrica *sin patron* (Vieitez ; Dal Ri, 2006). Situada na província de Neuquén, esta fábrica ainda está “ilegal” do ponto de vista da legislação do capital. Os trabalhadores reconhecem que estão completamente ilegais do ponto de vista jurídico, mas dizem: “temos que sobreviver, há uma razão social em primeiro lugar”. Com um forte apelo aos vínculos da fábrica “a serviço da comunidade”, continuam: “Sou um trabalhador e quero retribuir à comunidade tudo o que ela nos deu. (...) Os lucros desta

fábrica têm que ir para ela” (Magnani, 2003, p.143)⁸. Esta fábrica vem obtendo muitos excedentes, a ponto dos trabalhadores incorporarem a função de *Fábrica-Estado*. Dentre seus desejos, querem construir hospitais, escolas, aumentar a doação de cerâmica para o povo da cidade, etc. Zanón talvez seja a FR que tem um discurso e uma prática mais à esquerda. Como uma marola de impacto local que tenta agitar o mar dos movimentos sociais, esta FR ainda segue seu leito, isolada, em função não só do contexto no qual está inserida, um oceano capitalista que cria barreiras que resistem às tentativas de reversão por parte de outros trabalhadores, colocando todos na defensiva. Há possibilidades de novos tsunamis? Estes poderão *abalar* mais fábricas?

Referências Bibliográficas:

- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CRUZ, A. *A diferença na igualdade. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do mercosul*. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.
- DAGNINO, R. *Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: Livro Inédito, Editora da Unicamp, no prelo, 2007.
- FAJN, G. et al. *Fábricas y empresas recuperadas – protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Ediciones del Insituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2003.
- FARIA, Maurício S. de. *Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Tese de doutorado. Florianópolis, UFSC, Sociologia Política, 2005.
- GAIGER, L. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Disponível em <<http://www.ecosol.org.br>> Acesso em 10 de mar. de 2002.
- HELLER, P. *Fábricas Ocupadas*. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.
- HOLZMANN, L. *Operários sem patrão*. Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.
- LIMA FILHO, P. A. de. Re: *Primeiras Impressões sobre Fábricas Recuperadas na Argentina e Uruguai*. Correio eletrônico enviado a Henrique Novaes. 15 de outubro de 2004.
- MAGNANI, E. *El cambio silencioso – empresas y fábricas recuperadas por los trabajadores en la Argentina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2003.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1994.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

⁸ No seio das FRs, há certos grupos que tem um sentimento de que as fábricas são bem públicos ou bens sociais, estando a frente de qualquer direito a “propriedade privada” que o antigo dono reivindica. Ver, por exemplo, (Magnani, 2003, p.66). Para maiores detalhes sobre as FRs, ver Cruz (2006), Faria (2005) e Novaes (2005b).

MURÚA, E.; ABELLI, J. *Charla en el 2º Congreso Nacional de Sociología*. Buenos Aires: UBA, outubro de 2004.

NOVAES, H.T. *Quando os patrões destroem máquinas: o debate em torno das forças produtivas em fábricas recuperadas argentinas e uruguaias*. Revista de Ciências Sociais da Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 166, p., jan./jun. 2005a.

NOVAES, H.T. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de Adequação Sócio-Técnica em Fábricas Recuperadas*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Geociências, Unicamp, Campinas, 2005b. Pode ser obtida em:

<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000375370>

NOVAES, H.T. *Sobrevivência ou luta anti-capital? Lições preliminares sobre a (não)-funcionalidade dos movimentos de fábricas recuperadas latino-americanos ao sócio-metabolismo do capital*. In: Outra América é possível? O significado das lutas populares hoje, 2005, Londrina, 1º Simpósio Estadual sobre lutas sociais na América Latina, 2005c.

NOVAES, H.T.; DAGNINO, R. *O Fetiche da Tecnologia*. Revista Organizações & Democracia, Marília, v. 5, n. 2, p. 189-210, dez. 2004.

NOVAES, H. T. ; LIMA FILHO, P. A. de. *O que fazer quando as fábricas não fecham? Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela*. IV Encontro Internacional de Economia Solidária, Nesol, Usp, julho 2006a.

NOVAES, H. T. LIMA FILHO, P. A. *A filosofia da política cooperativista na Venezuela de Hugo Chávez: lições preliminares*. 2006b. Maringá, Revista Espaço Acadêmico nº 64, Set/2006, ISSN 1519.6186 www.espaçoacademico.com.br

ODA, N.T. *Gestão e Trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação*. 2001. Dissertação (Mestrado). Escola Politécnica, USP, São Paulo, 2001.

QUIJANO, A. *Sistemas alternativos de produção?* In: SANTOS, B.S. (org.) *Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROBERTS, K. M. *Beyond Romanticism: social movements and the study of political change in Latin América*. Latin American Research Review, 32: 137-151. In: TONI, F. *Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais*. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, número 52, p. 79-104.

SINGER, P. I. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. *Editorial da Revista Organizações & Democracia*. Marília, Editora da Unesp, 2003, número 4.

VIEITEZ, C. e DAL RI, N. *A fábrica recuperada Zanon – Cooperativa Fasinpat*. Revista Organizações & Democracia. Marília, Editora da Unesp, 2006, número 7, p. 183-196.

